



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**267<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Ata da ordem do dia 08 e 09 de agosto de 2018**

**Brasília – DF**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **ATA DA 267ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

**Data:** 08 e 09/08/2018

1 Aos oito e nove dias do mês de julho de dois mil e dezoito realizou-se a 267ª Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Titular Norma Suely  
3 de Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e  
4 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social. Estiveram presentes os seguintes  
5 Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Karoline Aires Ferreira, Vice-  
6 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante do Ministério do  
7 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa,  
8 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Mirian da  
9 Silva Queiroz Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira  
10 Titular Marília Vilardi Mazeto, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS;  
11 Conselheira Titular Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do  
12 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Ana Heloísa Viana Silva Moreno,  
13 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Titular Allan  
14 Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira  
15 Suplente Tatiane Vendramini Parra Roda, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social  
16 – MDS; Conselheiro Titular Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério  
17 do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do  
18 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Marília Paiva de Carvalho,  
19 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Suplente Maíra  
20 Leilane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários (as) de Estado da  
21 Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Titular Marisa Rodrigues da Silva, Representante do  
22 Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro

23 Suplente Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais  
24 de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho,  
25 Representante da CAPEMISA – Instituto de Ação Social; Conselheiro Suplente Vandr  Luiz  
26 Meneses Brilhante, Representante do Centro Integrado de Estudos e Programas de  
27 Desenvolvimento Sustentável – CIEDS; Conselheiro Titular Maurício José Silva Cunha,  
28 Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI; Conselheiro Suplente  
29 Fernando Macedo Brandão, Representante da Junta de Missões Nacionais da Conven o Batista  
30 Brasileira; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da Federa o Brasileira  
31 de Associa es Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA; Conselheira Suplente Ivone  
32 Maggioni Fiore, Representante da Federa o Nacional das Associa es de Pais e Amigos dos  
33 Excepcionais – FENAPAES; Conselheira Titular Sandra Regina Ferreira Barbosa, Representante da  
34 Federa o Nacional dos Empregados em Institui es Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas –  
35 FENATIBREF; Conselheira Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federa o Nacional  
36 dos Psicólogos - FENAPSI; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da  
37 Confedera o Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT - CNTSS/CUT;  
38 Conselheira Suplente Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confedera o dos(as)  
39 Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM/CUT; Conselheira Titular  
40 Margareth Alves Dallaruvera, Representante da Federa o Nacional dos Assistentes Sociais -  
41 FENAS; Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Representante do Instituto Eco Vida;  
42 Conselheira Suplente Tathiane Aquino de Araújo, Representante da Rede Nacional das Pessoas  
43 Trans do Brasil - REDETRANS; Conselheira Titular Solange Bueno, Representante do Fórum  
44 Nacional dos Usuários do SUAS; Conselheiro Suplente Aguinaldo Umberto Leal, Representante do  
45 Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR; Conselheiro  
46 Titular Clóvis Alberto Pereira, Representante da Organiza o Nacional de Cegos do Brasil –  
47 ONCB; Conselheira Suplente Jani Betânia Souza Capibaribe, Representante da Associa o  
48 Brasileira de Autismo - ABRA. **ABERTURA 08/08/2018:** A Conselheira Titular Norma Suely de  
49 Souza Carvalho, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante  
50 da CAPEMISA – Instituto de A o Social, iniciou a reunião cumprimentou a todos e solicitou que a  
51 Secretária Executiva do CNAS realizasse a verifica o do quórum. Verificado o quórum, seguiu  
52 para aprova o da Ata da 265<sup>a</sup> e da 266<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNAS, que foram aprovadas por  
53 unanimidade. Seguindo para a aprova o da Pauta da 267<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNAS, comunicou

54 que a pauta é composta pelos seguintes itens: das 09h30min às 10h00min – Informes da Presidência  
55 Ampliada/Secretaria Executiva; CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CIT e Conselheiros; das  
56 10h00min às 11h00min – Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência  
57 de Renda; das 11h00min às 12h00min – Relato da Comissão de Monitoramento das Deliberações  
58 das Conferências Nacionais de Assistência Social; das 14h00min às 17h00min – Apresentação da  
59 iniciativa “Futuro na Mão: Dando um Jeito na Vida Financeira”; das 17h00min às 18h00min –  
60 Informe sobre ações realizadas e em andamento de articulação e mobilização para inserção dos  
61 beneficiários do BPC no CadÚnico – status de cadastramento. Dia 09/08/2018: das 09h00min às  
62 10h00min – Relato da Presidência Ampliada; das 10h00min às 12h00min – Relato da Comissão de  
63 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social (julho) e Relato da Comissão de  
64 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; das 14h00min às 16h00min – Relato da  
65 Comissão de Normas da Assistência Social (julho) e Relato da Comissão de Normas da Assistência  
66 Social; das 16h00min às 17h00min – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das  
67 17h00min às 18h00min - Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.  
68 Discorreu que possuem um pedido de inclusão da apresentação dos procedimentos de diárias e  
69 passagens no âmbito do Governo Federal para a nova gestão do CNAS 2018/2020 no horário de  
70 12h00min às 12h30min e que, será realizada uma inversão de pauta no dia 09/08/2018, sendo que  
71 das 14h00min haverá a presença do Ministro e posteriormente serão realizados os relatos da  
72 Comissão de Normas da Assistência Social e de Financiamento e Orçamento da Assistência Social.  
73 Não havendo nenhuma consideração, a Pauta da 267ª Reunião Ordinária do CNAS foi aprovada por  
74 unanimidade com as alterações realizadas. Iniciando os Informes da Presidência e da Secretaria  
75 Executiva, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária Executiva do CNAS, sugeriu  
76 que fosse realizada apenas a leitura das ausências justificadas devido ao horário avançado, sendo  
77 que o informe completo da Presidência e da Secretaria Executiva será encaminhado a todos os  
78 Conselheiros por *e-mail*. Havendo consenso, informaram que justificaram a ausência os seguintes  
79 Conselheiros: Conselheira Thereza de Lamare Franco Netto, nessa reunião ordinária, devido a  
80 compromissos institucionais; Conselheiro Márcio Fernandes Maurício, nessa reunião ordinária por  
81 motivo de férias; Conselheira Karoline Aires Ferreira, nos dias 06 e 07 por motivo pessoal;  
82 Conselheira Leísa Mendes de Sousa, nessa reunião ordinária, por motivos institucionais;  
83 Conselheira Ana Lúcia Soares, nessa reunião ordinária, por motivo pessoal; Conselheira Maria  
84 Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa, nessa reunião ordinária, devido a compromissos

85 institucionais; Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, no período da tarde do dia 08, por  
86 motivos de saúde; Conselheira Ivone Maggioni Fiore, no período da tarde do dia 08, por estar  
87 representante o CNAS no CONCEA; Conselheiro Vandrê Luiz Meneses Brilhante, no dia 08, por  
88 estar representando o CNAS na Reunião de Apoio Técnico do FNAS. Registrou a presença de  
89 novos Conselheiros indicados pelo MDS. Prosseguindo para os informes do MDS, a Sra. Maria do  
90 Carmo Brant de Carvalho, Secretária Nacional de Assistência Social, registrou a sua satisfação  
91 sobre a nova gestão do CNAS e informou que a SNAS está realizando um exaustivo estudo de  
92 custos sobre os serviços do SUAS, que será finalizado em outubro/2018 e apresentado ao CNAS e a  
93 CIT, em uma possível reunião conjunta entre os mesmos. Acrescentou que o fluxo migratório dos  
94 venezuelanos está a cada dia mais complexo, destacando que esse fluxo se mantém intenso e a  
95 interiorização continua acontecendo. Ponderou que o Exército, MDS, Casa Civil e outros órgãos,  
96 além das organizações internacionais, estão realizando reuniões em todos os estados com os grupos  
97 mais fortes da Sociedade Civil, para a elaboração de uma composição de custos e de adesão que  
98 torne viável a interiorização. Observou que existe um fluxo crescente de migrantes haitianos para  
99 Corumbá/MS, que também está sendo considerado nas ações realizadas. A Conselheira Marília  
100 Vilardi Mazeto, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS arrazoou que  
101 todos os estados são elegíveis e serão cofinanciados através do Programa ACESSUAS Trabalho,  
102 observando a quantidade de municípios que possuem esse programa. Destacou que o critério de  
103 elegibilidade para os municípios tiveram como base o atendimento de adolescentes e jovens em  
104 cumprimento de medidas socioeducativas, ressaltando que o Programa ACESSUAS Trabalho teve  
105 sua vigência prorrogada até 2021 pelo CNAS por meio de resolução. Explanou que o termo de  
106 aceite foi aberto em 27 de junho de 2018 e será dividido em duas etapas, a primeira encerrando em 30  
107 de agosto e a segunda encerrando em 30 de novembro. Discorreu que, para adesão ao  
108 cofinanciamento federal, é necessária deliberação do Conselho Municipal, Distrital e Estadual de  
109 Assistência Social, sendo imprescindível para o preenchimento do termo de aceite o número da ata,  
110 data da reunião e número da resolução da aprovação do conselho. Com relação aos informes do  
111 CONGEMAS, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Representante do Colegiado Nacional de  
112 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS notificou sobre a realização do Encontro  
113 Nacional do CONGEMAS, que foi realizado dos dias 31 de julho a 02 de agosto, em Belo  
114 Horizonte/MG, em que houve a participação de cerca de 12.500 participantes. Agradeceu a  
115 participação e o apoio do CNAS e do MDS durante a realização do encontro. Articulou que, nesse

116 encontro, foi realizada a eleição da nova diretoria do CONGEMAS, em que foram eleitos a Sra.  
117 Andréia Carla Santana Everton Lauande como Presidente e o Sr. José Ferreira da Crus como Vice-  
118 Presidente e reconduziu os membros integrantes do CNAS. Prosseguindo para os informes da CIT,  
119 o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal, Representante do Fórum Regional dos Usuários do SUAS  
120 da Amazônia Oriental – FORUSUAS/AOR, comunicou que houve a participação do Ministro e  
121 uma discussão sobre o acompanhamento pelo CNAS de programas emergenciais ao imigrante  
122 venezuelanos, salientando que pode observar que está havendo uma adesão significativa da  
123 interiorização desse migrantes pelos estados. Relatou que foi apresentado e pactuada uma proposta  
124 estratégica de ampliação e flexibilização do Programa Criança Feliz, para que possa atingir o  
125 público do Cadastro Único. Acrescentou que também foi apresentando sobre o PPCAAM –  
126 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e sobre a Lei 13.431, que  
127 trata sobre a escuta especializada e depoimento especial. Ponderou que a pauta não pode ser  
128 finalizada devido à falta de tempo hábil, sendo que ainda será definida a realização ou não da  
129 reunião do mês de agosto. Iniciando os informes dos Conselheiros, a Conselheira Sandra Regina  
130 Ferreira Barbosa, Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições  
131 Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF informou que, na última plenária do  
132 CONANDA, foi convocado um diplomata representante do Itamaraty para realizar esclarecimentos  
133 sobre as questões das crianças e adolescentes venezuelanas, observando que as iniciativas ainda são  
134 insipientes diante a situação. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira, Representante da Organização  
135 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB comunicou que receberão amanhã representantes da Rádio  
136 ONCB, para fazer a cobertura da pauta que está sendo discutida pelo CNAS e gravar algumas  
137 entrevistas. A Conselheira Solange Bueno, Representante do Fórum Nacional dos Usuários do  
138 SUAS, ilustrou que participou do Encontro Nacional do CONGEMAS representando o CNAS,  
139 realizando a explanação em relação ao segmento dos usuários na oficina. A Conselheira Irene  
140 Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público  
141 Municipal - CONFETAM/CUT, notificou que está em debate o reordenamento da Política de  
142 Atenção Básica da Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba, em  
143 que o Governo está apresentando uma proposta de redução de 45 para 39 CRAS na cidade de  
144 Curitiba. Afirmou que a Sociedade Civil possui um posicionamento contrário fechado, uma vez que  
145 não existem argumentos que justifique qualquer redução de serviços. A Presidente Norma Suely de  
146 Souza Carvalho compreendeu que seria interessante que o Conselho Municipal de Assistência

147 Social de Curitiba encaminhasse um ofício ao CNAS, para que haja uma manifestação formal.  
148 Avançando para o relato da III Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios  
149 e Transferência de Renda realizada no dia 06 de agosto de 2018, a Conselheira Raquel de Fátima  
150 Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, elencou os  
151 Conselheiros, ouvinte e membros da Secretaria Executiva presentes e discorreu que foram debatidos  
152 os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos integrantes da Comissão e escolha do(a)  
153 Coordenador(a) e Coordenador(a) Adjunto(a). Encaminhamento: A Comissão indicou a Conselheira  
154 Vânia Maria Machado como Coordenadora Adjunta, ficando como Coordenadora Provisória dessa  
155 reunião a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, visto que ainda falta definir o  
156 Coordenador Permanente da Comissão. Item II) Apresentação e discussão do Plano de Ação da  
157 Comissão (ações executadas e por executar). Encaminhamentos: 01) Solicitar a SNAS e a SENARC  
158 a atualização do Caderno de Orientações aos Conselhos de Assistência Social para o Controle  
159 Social do Benefício de Prestação Continuada – BPC, Programa Bolsa Família – PBF e Benefícios  
160 Eventuais da Assistência Social até 29/09/2018, com vistas ao CNAS dar continuidade às tratativas  
161 com a SAGI para o desenvolvimento do curso de educação à distância; 02) Envio do Sumário  
162 Executivo da Consultoria do Protocolo de Gestão Integrada de Benefícios, Serviços e Transferência  
163 de Renda no âmbito do SUAS para todos os Conselheiros da Comissão. Item III) Definição da  
164 pauta novembro/2018. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária que a reunião do dia 19 de  
165 novembro seja no período de 09h00min as 18h00min, visando dar tempo para o desenvolvimento  
166 dos seguintes pontos de pauta: Apresentação dos desafios na gestão e operacionalização do BPC  
167 frente à legislação vigente e apresentação do perfil dos beneficiários do BPC não incluídos no  
168 CadÚnico até o presente momento; Informes sobre documento de “Orientações Técnicas sobre os  
169 Benefícios Eventuais”; Balanço do Programa Bolsa Família – PBF (2016/2018): Evolução do  
170 impacto social do PBF. O Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do  
171 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS registrou que já manifestou a sua aceitação para  
172 coordenar a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda e que, na  
173 próxima reunião, serão tomadas as medidas burocráticas necessárias. A Conselheira Solange Bueno  
174 ponderou que é muito importante retomar algumas questões dentro dessa Comissão, que são de  
175 extrema importância para os usuários do SUAS, especialmente aqueles que estão dentro dos  
176 critérios dos Benefícios Eventuais. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da III  
177 Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foi

178 aprovado. Seguindo para o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Acompanhamento aos  
179 Conselhos de Assistência Social realizada no dia 10 de julho de 2018, a Conselheira Marisa  
180 Rodrigues da Silva elencou os Conselheiros, participantes e membros da Secretaria Executiva  
181 presentes e arrazouo que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos  
182 integrantes da Comissão e escolha do Coordenador(a) e Coordenador(a) Adjunto(a).  
183 Encaminhamento: Foram aprovados, por unanimidade, como Coordenadora do Comissão a  
184 Conselheira Marisa Rodrigues da Silva e a Conselheira Marília Vilardi Mazeto como Coordenadora  
185 Adjunta. Item II) Apresentação do funcionamento e fluxo dos trabalhos das Comissões Temáticas.  
186 Item III) Deliberação da Conferência Municipal de Aracajú/SE sobre a implantação de conselhos  
187 locais de Assistência Social (por território). Encaminhamentos: Encaminhar ofício ao Conselho  
188 Municipal de Assistência Social de Aracajú/SE comunicando a orientação do CNAS quanto à  
189 institucionalidade vigente, solicitando o conteúdo da Deliberação da Conferência Municipal de  
190 Assistência Social de Aracajú/SE e informar que o CNAS promoverá estudos sobre o tema para  
191 levantamento de experiências que possibilitem discussões sobre possíveis mecanismos de  
192 fortalecimento dos conselhos; 02) Convidar os estados de MG e SP, para apresentar a CAC as  
193 experiências e desafios, e se não há conflito com as ações dos CMAS. Item IV) Apresentação e  
194 revisão do Plano de Ação da Comissão (ações executadas e por executar). Encaminhamentos: 01)  
195 Atualização do Plano de Ação da Comissão nas próximas reuniões da Comissão da CAC através de  
196 uma revisão da proposta metodológica. Os Conselheiros da Comissão farão uma análise definindo  
197 quais são os objetivos prioritários de acordo com o II Plano Decenal de Assistência Social, o  
198 CENSO SUAS/módulo Conselhos, o Acórdão nº 2404 do TCU, Resoluções do CNAS,  
199 Deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social a serem disponibilizados pela  
200 Secretaria Executiva e apresentarão propostas metodológicas na próxima reunião de agosto; 02)  
201 Solicitar a Secretaria Executiva o resgate dos números do CENSO SUAS 2017/módulo Conselhos e  
202 encaminhar por *e-mail* para os Conselheiros da Comissão. Item V) Definição da pauta de  
203 agosto/2018: Informes, Continuação da revisão do Plano de Ação (proposta metodológica);  
204 Definição da pauta para setembro/2018. A Conselheira Vânia Maria Machado, Representante da  
205 Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI, sugeriu que a Comissão de Acompanhamento aos  
206 Conselhos inserisse em seu Plano de Ação a sua participação no Grupo de Trabalho sobre o Projeto  
207 de Integração de Sistemas de Registro de Informações das OSCs no SUAS e a Conselheira Marisa  
208 Rodrigues da Silva explanou que essa questão estará contemplada no relato da reunião de agosto.



209 Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de  
210 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social foi aprovado. Iniciando o relato da II  
211 Reunião Ordinária da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de  
212 Assistência Social realizada no dia 06 de agosto de 2018, a Conselheira Aldenora Gomes González,  
213 Representante do Instituto Eco Vida, expôs os Conselheiros e membros da Secretaria Executiva  
214 presentes e arrazouou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos  
215 integrantes da Comissão e escolha do Coordenador(a) e Coordenador(a) Adjunto(a).  
216 Encaminhamento: A Comissão, de acordo com o §1º do art. 38 do Regimento Interno do CNAS,  
217 elegeu como Coordenadora a Conselheira Aldenora González e como Coordenadora Adjunta a  
218 Conselheira Renata Aparecida Ferreira. Item II) Apresentação e revisão do Plano de Ação da  
219 Comissão. Encaminhamento: Os Conselheiros consensuaram e definiram que o mesmo será  
220 construído após a classificação de todos os eixos. Item III) Apresentação e revisão das fichas de  
221 monitoramento das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.  
222 Encaminhamentos: 01) Buscar clareza conceitual sobre o valor jurídico das deliberações das  
223 conferências, convidando a CONJUR/MDS e o Ministério Público para esclarecimentos e debate na  
224 próxima reunião; 02) Propor à Presidência Ampliada que as reuniões da Comissão ocorram  
225 mensalmente até a elaboração do Plano de Ação, de acordo com a agenda, em datas próximas a  
226 vindas já programadas dos Conselheiros: 14 de setembro; 15 de outubro; 05 de novembro e 14 de  
227 dezembro. Item IV) Classificação das deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência  
228 Social, quanto aos possíveis encaminhamentos. Item V) Definição da pauta de novembro/2018:  
229 Reunião com o Ministério Público e com a Consultoria Jurídica – CONJUR/MDS com o objetivo  
230 de clarificar o entendimento acerca da natureza jurídica das “deliberações” das Conferências  
231 Nacionais de Assistência Social; Apresentação da Pré-Classificação das deliberações da 11ª  
232 Conferência Nacional de Assistência Social. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva afirmou que  
233 essa Comissão contribuirá muito para o debate e a implementação da Política de Assistência Social  
234 acerca das demais Comissões. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Representante da  
235 Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, questionou se existe alguma dúvida que as  
236 conferências são deliberativas, uma vez que foi encaminhada a proposta de realizar uma reunião  
237 com o Ministério Público e com a CONJUR/MDS. A Conselheira Solange Bueno compreendeu que  
238 a questão colocada é contrária a construção das deliberações e ao controle social, posto que as  
239 conferências são a manifestação daqueles que utilizam a Política de Assistência Social. A

240 Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa sugeriu a retirada do encaminhamento e o Conselheiro  
241 Aguinaldo Umberto Leal compreendeu que a retirada do caráter deliberativo das conferências é  
242 equivocada, uma vez que uma grande parcela gigante da comunidade do SUAS não aceitará essa  
243 questão. O Conselheiro Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de  
244 Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, refletiu que a Comissão não está  
245 colocando que as conferências são ou não deliberativas, sendo que estão provocando uma discussão  
246 para encontrar uma clareza de entendimento. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira,  
247 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT -  
248 CNTSS/CUT, concordou com a retirada do encaminhamento, visto que já existe uma posição de  
249 que as conferências são deliberativas. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera externou que  
250 estão nesse Conselho para defender o modelo de sociedade e do SUAS que querem, destacando que  
251 é um retrocesso trazer um debate jurídico sobre as deliberações das conferências. A Conselheira  
252 Vânia Maria Machado discorreu que foi contemplada nas explanações anterior e entendeu que o  
253 parecer jurídico da CONJUR/MDS tratando que as conferências não são deliberativas é uma forma  
254 de impor uma questão. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva entendeu que esse  
255 encaminhamento vem no sentido de realizar um confronto de ideias com o Ministério Público e a  
256 CONJUR/MDS, para que possam certificar realmente que as conferências são deliberativas. A  
257 Conselheira Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social –  
258 MDS, esclareceu que esse encaminhamento veio da discussão da Sociedade Civil e do  
259 CONGEMAS e intuiu que precisam dar maior objetividade no encaminhamento da Comissão, uma  
260 vez que o objetivo é dar agilidade nas deliberações propostas. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira  
261 inferiu que cabe a todos garantir que a democracia seja preservada e ponderou que devem trazer  
262 aqueles que não entendem que as conferências não são deliberativas para uma discussão  
263 aprofundada. Realizadas as demais manifestações, a Conselheira Aldenora Gomes González  
264 explicou que essa proposta surgiu no debate da leitura das deliberações e afirmou que desconhece  
265 qualquer legitimidade da CONJUR/MDS alegar que uma deliberação de conferência não é legítima,  
266 solicitando que o parecer da mesma seja encaminhado a todos os Conselheiros. Informou que foi  
267 consensuado com a Coordenadora Adjunta a retirada do encaminhamento “Buscar clareza  
268 conceitual sobre o valor jurídico das deliberações das conferências, convidando a CONJUR e o  
269 Ministério Público para esclarecimentos e debate na próxima reunião”, conseqüentemente retirando  
270 o primeiro item de pauta de setembro/2018. Havendo consenso entre os Conselheiros, o

271 encaminhamento foi retirado. Não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da II Reunião  
272 Ordinária da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de  
273 Assistência Social foi aprovado. Prosseguindo para o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão  
274 de Normas da Assistência Social de 10 de julho de 2018, a Conselheira Vânia Maria Machado  
275 elencou os Conselheiros, convidados, ouvintes e membros da Secretária Executiva presentes e  
276 discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação dos Integrantes da  
277 Comissão e escolha do Coordenador(a) e Coordenador(a) Adjunto(a). Encaminhamento: A  
278 Comissão de Normas em consenso e de acordo com o §1º do art. 38 do Regimento Interno do  
279 CNAS, elegeu como Coordenadora a Conselheira Solange Bueno e como Coordenador Adjunto o  
280 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira. Item II) Apresentação do funcionamento e fluxo dos trabalhos  
281 das Comissões Temáticas. Item III) Outros Assuntos: A) Apreciação do *e-mail* recebido do  
282 Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros – CMAS/MG, que solicita  
283 informações sobre inscrição de entidades que oferta serviço de proteção social especial para pessoas  
284 com deficiência, idosas e suas famílias na modalidade Centro Dia. Encaminhamentos: 01)  
285 Socializar as normativas vigentes (Resolução CNAS 14/2011, Orientação Técnica Conjunta  
286 MDS/CNAS) com os Conselheiros da Comissão de Normas); 02) Verificar com o CEAS se já  
287 houve resposta a demanda solicitada; 03) Verificar com o CMAS se já está em funcionamento de  
288 acordo com as normativas vigentes e como seria o compartilhamento do mesmo espaço sem que  
289 isso cause danos aos usuários; 04) Solicitar ao DPSE/MDS, subsídios acerca do funcionamento dos  
290 serviços Centro Dia com o compartilhamento de espaço de empresa privada com fins lucrativos. B)  
291 Apreciação do Ofício nº 11/2018 do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná –  
292 CEAS/PR, que sugere que o CNAS realize o desenvolvimento de um sistema de monitoramento de  
293 entidades que viabilize tal ação, através da plataforma do Cadastro Nacional de Entidades de  
294 Assistência Social – CNEAS. Encaminhamentos: 01) Convidar o DRSP/MD e o DGSUAS/MDS  
295 para apresentar o Projeto Piloto do Cadastro Nacional de Entidades – CNEAS que visa facilitar a  
296 inscrição e supervisão de entidades de acordo com a determinação do Acórdão TCU nº 2404/2017;  
297 02) Informar ao CEAS que o assunto está sendo apreciado pela Comissão de Normas e em breve  
298 será encaminhada resposta. C) Apreciação do Ofício nº 122/2018 do Conselho Municipal de  
299 Assistência Social de Juiz de Fora – CMAS/MG, que solicita orientações sobre alguns  
300 questionamentos. Encaminhamentos: 01) Que a Secretaria Executiva elabore uma minuta de  
301 resposta e encaminhe aos integrantes da Comissão de Normas para contribuição, visando traduzir as

302 normativas vigentes (15 dias para o retorno das contribuições); 02) Verificar os anexos do Ofício nº  
303 122/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora – CMAS/MG, se eles  
304 trazem o mapeamento da planilha de acompanhamento (e-mail 25/05), antes do edital de  
305 chamamento. Item IV) Apresentação do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS  
306 – DRSP/MDS do 1º Relatório Trimestral 2018 com as informações sobre os processos de  
307 certificação de Entidades de Assistência Social, conforme disposto no art. 1º da Resolução CNAS  
308 nº 18/2011. Encaminhamentos: 01) Propõe a Presidência Ampliada à apreciação da nova  
309 composição do Grupo de Trabalho, que trata sobre o Projeto de Integração de Sistemas de Registro  
310 de Informações das OSCs no SUAS, com quatro representantes da Comissão de Normas e dois  
311 representante da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, respeitando a paridade e alteração  
312 do prazo conforme Resolução CNAS nº 09/2018. Foram indicadas para compor o GT da Comissão  
313 de Normas as Conselheiras Vânia Maria Machado e Ivone Maggioni Fiore. Falta ainda a indicação  
314 dos nomes para o Grupo de Trabalho da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos; 02) A  
315 Comissão de Normas propõe a Presidência Ampliada que a primeira reunião do Grupo de Trabalho  
316 seja realizada no dia 06 de agosto de 2018; 03) Encaminhar a apresentação do Departamento da  
317 Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/MDS do 1º e 2º Relatório Trimestral 2018 com  
318 as informações sobre os processo de certificação das Entidades de Assistência Social, conforme  
319 disposto no art. 3º §2º da Resolução CNAS nº 18/2011, para os Conselheiros da Comissão de  
320 Normas e para os Conselheiros Estaduais de Assistência Social e CAS/DF. Item V) Apreciação e  
321 revisão do Plano de Ação da Comissão (ações executadas e por executar). Devido à extensa pauta  
322 da reunião esse ponto não pode ser apreciado, tendo como encaminhamento a sua inserção como  
323 ponto de pauta na próxima reunião. Item VI) Definição da pauta setembro/2018: Apresentação e  
324 Revisão do Plano de Ação da Comissão (ações executadas e por executar); Apresentação pela  
325 SNAS do Plano de Ação acerca do Acórdão TCU nº 2404/2017; Apresentação pelo DRSP/MDS e  
326 DGSUAS/MDS do Projeto Piloto do Cadastro Nacional de Entidades – CNEAS. Com a chegada do  
327 Sr. Guilherme de Oliveira, o relato da Comissão de Normas da Assistência Social foi interrompido  
328 e seguiu-se para a apresentação dos procedimentos de diárias e passagens no âmbito do Governo  
329 Federal para a nova gestão do CNAS 2018/2020. O Sr. Guilherme de Oliveira apresentou o Sistema  
330 LCDP, que é utilizado para a emissão de diárias e passagens dos Conselheiros e explicou sobre o  
331 funcionamento de todas as etapas. Expôs os casos que necessitam de aprovação do Ministro e os  
332 critérios para emissão dos bilhetes de passagem e para bagagem. A Conselheira Margareth Alves

333 Dallaruvera compreendeu que a compra de passagem de retorno para as 19h00min aos Conselheiros  
334 é inapropriada, uma vez que a reunião termina as 18h00min, solicitando que haja atenção em  
335 relação a essa questão. O Sr. Guilherme de Oliveira informou que o horário de encerramento das  
336 reuniões deve ser inserido no plano de viagem, para que essa questão não aconteça e esclareceu que  
337 a prestação de contas está inserida no art. 70 da Constituição Federal e no art. 7º do Decreto 5992,  
338 destacando que a próxima viagem apenas será aprovada após a prestação da última viagem. A  
339 Conselheira Tathiane Aquino de Araújo, Representante da Rede Nacional das Pessoas Trans do  
340 Brasil – REDETRANS, relatou que existem companhias áreas que não permitem a alteração do  
341 horário de passagem e o Sr. Guilherme de Oliveira se comprometeu em verificar essa situação. O  
342 Conselheiro Fernando Macedo Brandão, Representante da Junta de Missões Nacionais da  
343 Convenção Batista Brasileira, articulou que já teve que financiar passagem para participar das  
344 reuniões do CNAS, uma vez que estava em um compromisso institucional fora do destino de  
345 retorno e o Sr. Guilherme de Oliveira afirmou que a norma não permite a compra de passagem para  
346 dois destinos diferentes. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu elaborar um ofício  
347 esclarecendo a situação, solicitando que haja uma flexibilidade. A Conselheira Aldenora Gomes  
348 González e a Conselheira Jani Bethânia Souza Capibaribe registraram que os seus vôos possuem  
349 muitas conexões, o que causa um maior desgaste e a Presidente Norma Suely de Souza Carvalho  
350 sugeriu que as conselheiras coloquem a preferência por vôo direto no plano de viagem. A  
351 Conselheira Solange Bueno solicitou que fosse registrada a sua deficiência na compra das  
352 passagens, posto que tem sofrido vários constrangimentos como uma pessoa com deficiência. A  
353 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho postulou que todas as demandas foram anotadas e a  
354 Secretaria Executiva tentará minimizar todas as problemáticas. Prosseguindo para a apresentação da  
355 iniciativa “Futuro na Mão: Dando um Jeito na Vida Financeira”, a Sra. Caroline Paranayba,  
356 Diretora do Departamento de Benefícios do Programa Bolsa Família/SENARC, explanou que o  
357 Programa Bolsa Família - PBF é pautado em três eixos estratégicos (transferência de renda;  
358 condicionalidades de Saúde, de Educação e de Assistência social; e ações complementares) e  
359 possuem 44 milhões pessoas beneficiárias, 13,9 famílias beneficiárias e 22 milhões de crianças e  
360 jovens beneficiários. Elucidou que 90% das famílias possuem a mulher como responsável familiar,  
361 71% dos beneficiários não possuem ensino fundamental completo, 27% não possuem instrução,  
362 valor médio do benefício é de R\$ 188,00 por mês e 87% desse benefício é destinado à alimentação.  
363 Elencou que o Decreto do Presidente Lula de 2010 estabeleceu a Estratégia Nacional Educação

364 Financeira e o Comitê Nacional de Educação Financeira formado por quatro Ministérios, Banco  
365 Central e atores do Sistema Financeiro Nacional, sendo que o Ministério do Desenvolvimento  
366 Social foi convidado para ter um acento especial. Informou que, nesse mesmo ano, houve um  
367 movimento inicial pagamento do benefício através de conta bancária simplificada, o que resultou no  
368 estabelecimento do primeiro Projeto de Educação Financeira que pudesse apoiar essas famílias, que  
369 não obteve o resultado esperado nos nove meses de duração e foi encerrado. Discorreu que foi  
370 iniciado um novo projeto com a Associação de Educação Financeira do Brasil, em 2013, sendo que  
371 foram desenvolvidas inúmeras oficinas em Brasília/DF envolvendo atores da Sociedade Civil e  
372 articulou que foram percorridos 14 municípios de nove estados das regiões norte, nordeste e  
373 sudeste, buscando entender o comportamento das famílias beneficiárias. Salientou que, após uma  
374 rica discussão com Assistentes Sociais, Psicólogos, Psicopedagogos e gestores públicos,  
375 consensuaram em avaliar o comportamento das famílias beneficiárias em relação a seguintes  
376 dimensões: relação com o dinheiro, relação com a comunidade, relação com os processos de ensino,  
377 relação com a família, relação com o poder público e a relação com si mesma. Apresentou alguns  
378 perfis analisados de beneficiárias do PBF, em que perceberam a existência de padrões de  
379 comportamentos e características muito semelhantes. Relatou que, após a realização da pesquisa,  
380 retornaram ao MDS e elaboraram alguns laboratórios para definir estratégias e ferramentas que  
381 pudessem ser elaboradas e levadas aos municípios. Informou que foram realizadas três rodadas de  
382 oficinas envolvendo mais de três mil mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e cerca de  
383 200 trabalhadores dos CRAS em municípios de todas as regiões do Brasil e explicou que foram  
384 construídas ferramentas de tecnologia social, destacando que a iniciativa “Futuro na Mão” definiu  
385 como eixo de atuação a criação de reservas, o planejamento financeiro e o controle de dívidas, que  
386 se transformaram nos cofrinhos da família, na agenda da família e na carteira da família.  
387 Apresentou cada tecnologia social, ressaltando o desenvolvido do guia de aplicação e de execução  
388 de cada oficina realizada sobre essas três tecnologias sociais desenvolvidas. Articulou que, em  
389 2017, foi realizada uma aplicação piloto de avaliação de impacto, visto que perceberam um  
390 aumento na capacidade de poupança e no conhecimento financeiro das famílias. Informou que  
391 estão convidando 540 municípios para participar do ciclo de facilitação sobre a criação de reserva,  
392 planejamento financeiro e controle das dívidas, para que os mesmos podem avaliar se possuem  
393 interesse de executar a Iniciativa Futuro na Mão em seu território para as famílias do PAIF. Ilustrou  
394 que foram capacitados 250 técnicos e envolveram cerca de 160 municípios e 10 estados no ciclo de

395 facilitação, salientando serão realizados dois encontros em Brasília nas próximas semanas  
396 envolvendo 240 técnicos. Abrindo para as manifestações, a Conselheira Margareth Alves  
397 Dallaruvera ponderou que essa pauta foi inserida na reunião ordinária do CNAS em virtude da  
398 apresentação na Comissão de Política e afirmou que a Sociedade Civil não referenda essa iniciativa.  
399 A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva articulou que o CONGEMAS e o FONSEAS possuem  
400 uma posição clara da falta de respeito do Governo Federal por não convidar os gestores para  
401 discutir a iniciativa, realizando a leitura de uma manifestação do CONGEMAS sobre a questão. A  
402 Conselheira Renata Aparecida Ferreira pontuou que essa iniciativa é considerada uma ferramenta  
403 que trata de uma metodologia que traz o potencializador do desenvolvimento pessoal, convergindo  
404 com os objetivos do PAIF. Relatou que os municípios possuem a autonomia de decidir em ter ou  
405 não essa metodologia incorporada e propôs que os municípios que participaram da capacitação  
406 sejam ouvidos, para que possam compreender e ter uma escuta qualificada a partir da visão do  
407 mesmo. O Conselheiro Allan Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento  
408 Social – MDS, explanou que esse tema foi debatido na CIT em março/2018, em que houve o  
409 entendimento da necessidade de esclarecer a metodologia e a forma de funcionamento. O  
410 Conselheiro Bruno Henrique Benfica da Câmara Pinto, Representante do Ministério do  
411 Desenvolvimento Social – MDS, ponderou que não cabe uma discussão de votação nesse Conselho,  
412 por se trata de uma iniciativa não obrigatória e intuiu que a preparação de uma ação de educação  
413 financeira dá cumprimento a determinação do Decreto 7013/2009. A Sra. Régia Prado,  
414 Representante do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, observou que essa iniciativa foi  
415 lançada em um contexto totalmente errado, em que o Governo realizou uma reforma trabalhista e a  
416 Sra. Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Ex-Conselheira do CNAS, relatou que existe  
417 uma grande preocupação com o foco dessa iniciativa de que os usuários do Programa Bolsa Família  
418 estão precisando economizar e não estão sabendo fazer, uma vez que traz o entendimento de  
419 culpabilização da população de estar vivendo em situação de precariedade e de vulnerabilidade.  
420 Sugeriu que seja apresentado o valor investido nessa iniciativa nesse Conselho. A Sra. Ana Lígia,  
421 Representante da Frente Nacional de Defesa do SUAS, externou a sua revolta com a alegação de  
422 que as pessoas terão um futuro melhor com a iniciativa “Futuro na Mão: Dando um Jeito na Vida  
423 Financeira”, observando que existe um desmonte do SUAS. A Sra. Caroline Paranyba explanou  
424 que o Banco Mundial é um ator com grande parceria na trajetória do Programa Bolsa Família e que,  
425 o financiamento do projeto não teve recursos investidos pelo MDS nos últimos quatro anos, sendo

426 que foi realizado um acordo de cooperação técnica sem repasse de recursos. Ilustrou que o  
427 Programa Bolsa Família nunca teve o discurso de ser uma ferramenta para superação da  
428 desigualdade e da pobreza, posto que possui o objetivo de fortalecer as habilidades da família,  
429 trazendo oportunidades para o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza. Destacou que o  
430 objetivo é levar conhecimento, informação e empoderamento as famílias e esclareceu que não é  
431 realizada a transferência de recursos para os municípios, sendo que as oficinas têm o propósito de  
432 apoiar as famílias do PAIF, finalizando a sua explanação. Prosseguindo para a Informe sobre ações  
433 realizadas e em andamento de articulação e mobilização para inserção dos beneficiários do BPC no  
434 CadÚnico – status de cadastramento, o Sr. Filipe Jardim, Coordenador Técnico da Coordenação de  
435 Gestão de Benefícios Assistenciais/DBA, lembrou que a inclusão dos beneficiários e dos  
436 requerentes do BPC no Cadastro Único veio com a publicação do Decreto nº 8.805/2016, sendo que  
437 as Portarias Interministeriais nº 02/2015 e nº 05/2016 determinaram o prazo para essa inclusão.  
438 Apresentou a evolução da inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único, observando que  
439 hoje 64,4% (2.954.072) dos beneficiários estão cadastrados e 35,6% (1.632.637) não cadastrados.  
440 Detalhou que existem 65,2% (1.325.942) cadastrados e 34,8% (707.718) não cadastrados  
441 beneficiários idosos e 63,8% (1.628.130) cadastrados e 36,2% (924.919) não cadastrados  
442 beneficiários pessoas com deficiência. Expôs os municípios com mais de 10 mil beneficiários fora  
443 do Cadastro Único e a situação cadastral por estado em cada região e explanou que durante o  
444 período eleitoral existem algumas ações suspensas, visto que já foram realizadas as seguintes ações:  
445 i) reedição, em maio 2018, da Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 24, que  
446 estabelece procedimentos para a inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único; ii)  
447 contratação de empresa especializada para mobilização social de beneficiários idosos; cartazes e  
448 folders disponibilizados no *site* do MDS; iii) boletins regulares para a rede socioassistencial; iv)  
449 guia de operacionalização do BPC; v) listagem para busca ativa de beneficiários fora do Cadastro  
450 Único com atualização mensal voltadas para gestões estaduais e municipais; vi) Papo Social sobre  
451 o tema, programa transmitido ao vivo pelo Facebook; vii) vídeo “A importância do Cadastro Único  
452 para o beneficiário do BPC”. Relatou que existe a previsão da realização das seguintes novas ações:  
453 i) informações sobre o local de pagamento nas listagens de busca ativa disponibilizadas no SigPBF;  
454 ii) nova reedição da Instrução Operacional SNAS/SENARC nº 24, orientando quanto ao uso das  
455 informações do local de pagamento; iii) contratação de empresa especializada em mobilização  
456 social para atuar a partir do término do período eleitoral (28 de outubro); iv) publicidade em



457 mobiliário urbano (pontos de ônibus, metrô, bancos, bancas de jornais, etc.); v) Encontro de Apoio  
458 Técnico Integrado com gestões municipais da Assistência Técnica; vi) visitas técnicas do MDS a  
459 dez municípios com maior número absoluto de beneficiários não cadastrados. Informou que o  
460 painel de monitoramento já está disponível no *site* do MDS, que permite a consulta da situação  
461 cadastral nacional, estadual e municipal. A Conselheira Solange Bueno observou que ainda é  
462 preocupante o percentual não cadastrado dentro de cada estado e questionou como ficará a situação  
463 dos beneficiários que não forem cadastrados no prazo estabelecido. O Conselheiro Clóvis Alberto  
464 Pereira salientou que não houve divulgação desse cadastramento nas grandes mídias e indagou  
465 quais ações foram elaboradas com acessibilidade para garantir o acesso às pessoas com deficiência.  
466 A Sra. Lucimara Cavalcante, Representante do CONANDA, questionou como as campanhas de  
467 mobilização estão chegando aos beneficiários do BPC que estão em áreas isoladas e agradeceu o  
468 convite do CNAS para participar dessa reunião, para que os conselhos possam realizar uma  
469 mobilização conjunta. O Sr. Fábio Moassab Bruni, Representante da Secretaria Nacional da Pessoa  
470 Idosa/MDH e Ex-Presidente do CNAS, informou que estão encaminhando um ofício do Presidente  
471 do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - CNDI ao Ministro Alberto Beltrame,  
472 solicitando informações aos municípios e colocando o CNDI a disposição para auxiliar na  
473 mobilização. O Sr. Felipe Jardim esclareceu que a ferramenta disponibilizada no *site* do MDS é  
474 aberta e pode ser acessada pelos entes federados e pela sociedade em geral e que, ainda não foi  
475 realizado um recorte específico para a pessoa com deficiência. Explanou que, em princípio, a  
476 campanha não foi pensada para nenhum público específico de povos tradicionais, entretanto,  
477 afirmou que estão seguindo o processo do Cadastro Único que possui instruções operacionais para  
478 realizar o cadastramento dessas populações. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira discorreu que  
479 a Proteção Social Básica realizou um processo reiterado de orientação e apoio técnico em torno da  
480 busca ativa e ressaltou que os dados mostram que existe uma situação alarmante na região norte,  
481 informando que foi demandado um trabalho específico com as equipes volantes no segundo semestre  
482 de 2018. Compreendeu que poderiam elaborar uma ação entre o CONANDA, CNAS e CNDI,  
483 criando uma frente para conseguir um maior cadastramento na região norte, considerando o fato  
484 amazônico. O Conselheiro Clóvis Alberto Pereira articulou que a falta de ações com acessibilidade  
485 vai contra a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileiro do Inclusão  
486 – LBI e penaliza o segmento. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima, Representante do  
487 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, informou que o BPC/Escola possui uma ação de

488 busca ativa para aplicação do questionário de identificação de barreiras das pessoas com  
489 deficiência, sendo que existe uma orientação de que essa ação se some a inclusão dessas pessoas no  
490 Cadastro Único. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu elaborar um ofício ao MDS  
491 ou a SNAS, solicitando que realize um convite oficial ao CONANDA e o CNDI, para que possam  
492 articular e pensar estratégias para maior visibilidade do movimento de cadastramento dos  
493 beneficiários do BPC no Cadastro Único. A Sra. Lucimara Cavalcante afirmou que levará a  
494 demanda ao CONANDA e o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira notificou que entrou em contato  
495 com CONADE e o mesmo se colocou a disposição para participar dessa discussão. O Sr. Fábio  
496 Moassab Bruni concordou com o encaminhamento e ponderou que poderá haver eventualmente  
497 uma dificuldade de agenda. **ENCERRAMENTO 08/08/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza  
498 Carvalho agradeceu a participação dos representantes do CNDI e do CONANDA e de todos os  
499 Conselheiros, encerrando o primeiro dia da 267ª Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA**  
500 **09/08/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho iniciou o segundo dia da 267ª Reunião  
501 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou que a Sra. Maria Auxiliadora Pereira,  
502 Secretária Executiva do CNAS, realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, iniciou o  
503 relato da Reunião da Presidência Ampliada, realizada no dia 07 de agosto de 2018, elencando os  
504 participantes e membros da Secretária Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os  
505 seguintes itens de pauta: Item I) Informes das reuniões das Comissões Temáticas: A) Comissão de  
506 Normas : i) Propõe a Presidência Ampliada que seja realizada uma reunião conjunta entre as  
507 Comissões de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos e o Grupo de Trabalho sobre Projeto  
508 de Integração de Sistemas de Registro de Informações da OSCs no SUAS no dia 14 de setembro  
509 para cumprimento do cronograma de atividades elaborado pelo DRSP/SNAS do Projeto Piloto do  
510 Cadastro Nacional de Entidades – CNEAS; ii) Sugestão de haja uma reunião conjunta das  
511 Comissões de Normas e de Acompanhamento aos Conselhos para discutir os desdobramento do  
512 Plano de Ação referente ao Acórdão TCU 2404/2017. B) Comissão de Política: i) Ao discutir o  
513 tema de pauta “Apresentação e discussão da proposta de resolução que altera o critério de  
514 elegibilidade do Programa Primeira Infância no SUAS – ampliação do público para as famílias do  
515 Cadastro Único que não são beneficiárias do Programa Bolsa Família e flexibilização do número de  
516 visitas para o repasse dos recursos, pactuados na Comissão Intergestores Tripartite – CIT”, a  
517 Comissão propôs a Presidência Ampliada à apresentação e discussão do assunto no pleno de agosto.  
518 C) Comissão de Financiamento: i) Sugeriu a criação de um grupo de Conselheiros para incidência

519 política junto aos órgãos de governo e ao Congresso Nacional referente ao orçamento da  
520 Assistência Social e outras pautas solicitadas pelas demais Comissões; ii) Sobre o Plano de Ação da  
521 Comissão: Sugestão de que o tema “Criação de estratégias para fortalecer a Secretaria Executiva  
522 dos Conselhos como unidade de apoio técnico e assessoria, conforme preceitua a NOB SUAS/RH  
523 nos CEAS, CAS/DF e nos CMAS” seja pautado pela Comissão de Acompanhamento aos  
524 Conselhos; Retirar a ação 3.6 “Promover a aproximação e mecanismos de debate e articulação  
525 interconselhos” (estratégias 3.6.1, 3.6.2 e 3.6.3) para ser pautado pela Presidência Ampliada; Propos  
526 a realização de reunião conjunta entre a Comissão de Financiamento e a Comissão de Normas sobre  
527 gestão dos municípios, estados e DF, para a estruturação da Vigilância Socioassistencial em  
528 outubro. Encaminhamento: 01) Submeter a Plenária a indicação de composição desse grupo de  
529 incidência política; 02) A Secretaria Executiva do CNAS acompanhará o calendário de discussão da  
530 PLOA 2019, com o objetivo de marcar audiência com os diversos parlamentares (de bancada,  
531 integrantes de comissões e relatores) que atuam sobre o orçamento da Assistência Social; 03) O  
532 grupo elaborará carta direcionada aos novos parlamentares eleitos sobre a PNAS e sobre o SUAS;  
533 04) A Presidência Ampliada sugere convidar para o pleno de setembro os candidatos à Presidência  
534 da República para apresentar a sua plataforma política relacionada a Assistência Social; 05) Sobre o  
535 Plano de Ação da Comissão de Financiamento, propôs enviar para a Comissão de Política a Meta  
536 “Desenvolver agenda intersetorial com gestores e conselhos setoriais e de defesa de direitos para  
537 debater e acompanhar temas prioritários na agenda do Governo Federal que fortalecem a efetivação  
538 do SUAS”. D) Comissão de Acompanhamento aos Conselhos: i) Solicita a Presidência Ampliada  
539 que seja encaminhada aos Conselheiros como antecedência a pauta, a ata e a degravação de todas as  
540 Comissões Temáticas. Encaminhamento: Solicitar à Secretaria Executiva que disponibilize para  
541 todos os Conselheiros a ata executiva das reuniões de cada Comissão (separada); E) Comissão de  
542 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda: i) Propõe a realização de uma reunião  
543 extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda no dia 10  
544 de setembro de 14h00min às 18h00min para discussão do decreto que trata do BPC (novo decreto  
545 saiu nessa semana). Serão convidados CNDI, CONADE e CONANDA. Item II) Requerimento do  
546 Ministério Público Federal: Procedimento Preparatório nº 1.16.000.001985/2018-11.  
547 Encaminhamentos: 01) Enviar o Requerimento ao Departamento de Gestão do SUAS –  
548 DGSUAS/SNAS para responder em conjunto com o CNAS; 02) Solicitar prorrogação de prazo à  
549 Procuradoria da República. Item III) Solicitação de informação a respeito da defasagem e/ou falta

550 de atualização da NOB/RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS).  
551 Encaminhamento: Sugestão de responder ao demandante que a revisão da referida Norma não está  
552 na pauta desse CNAS. Item IV) Carta de São Luís/MA – 41º Encontro do FONACEAS.  
553 Encaminhamento: A Secretaria Executiva fará uma análise prévia quanto aos itens já contemplados  
554 nos Planos de Ação de cada Comissão. Item V) Solicitação da Associação de Pais e Amigos dos  
555 Excepcionais (APAE/SP). Encaminhamento: Solicitar mais esclarecimentos sobre o convite, quanto  
556 ao dia, local e papel do CNAS no referido Seminário. Item VI) Relatório Trimestral do Programa  
557 Primeira Infância do SUAS. Encaminhamento: Pautar a apresentação do Relatório Trimestral do  
558 Programa Primeira Infância do SUAS na plenária de setembro (Resolução CNAS nº 19/2016),  
559 condicionado a consulta à CONJUR/MDS sobre o assunto. Item VI) Convites: A) Encontros de  
560 Apoio Técnico do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS. Encaminhamento: O Conselheiro  
561 Vandrê Luiz Meneses Brilhante representará o CNAS nos dias 08 e 08 e a Conselheira Raquel de  
562 Fátima Antunes Martins irá participar nos dias 29 e 30 de agosto. Nos demais encontros, a  
563 Comissão de Financiamento indicará os Conselheiros participantes. B) II Fórum Nacional de  
564 Autodefensores do Movimento Pestalozziano e do VI Encontro Nacional de Dirigentes.  
565 Encaminhamento: A Presidência Ampliada consultará o Conselheiro Vandrê Luiz Meneses  
566 Brilhante sobre a possibilidade de representar o CNAS no Fórum. C) Curso “Serviço de  
567 Acolhimento para crianças e adolescentes: Proteção Integral e Garantia de Direitos” destinado à  
568 formação de profissionais da Assistência Social. Encaminhamentos: 01) A Presidente irá verificar  
569 com os Conselheiros do segmento de entidades quem poderá participar do curso no período de 24 a  
570 28 de setembro; 02) Informar que o CNAS não poderá participar da turma I de 10 a 14 de  
571 setembro, uma vez que a data coincide com a reunião ordinária de setembro. D) Ofício ABRATO nº  
572 042/2018 referente à resposta ao encaminhamento da última Presidência Ampliada de julho, que  
573 deliberou por solicitar mais informações à organização do evento sobre a participação do Conselho  
574 no Congresso Norte/Nordeste de Terapia Ocupacional, em Aracajú/SE. Encaminhamento: A  
575 Presidência Ampliada acata a indicação da Conselheira Ana Lucia Soares como representante do  
576 CNAS no referido Congresso, sem custo para o Conselho. E) Capacitação para a Rede de  
577 Atendimento do SUAS em Sinop/MT. Encaminhamento: Enviar a demanda à SNAS e informar à  
578 SASTH sobre o encaminhamento. F) O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência  
579 – CONADE convida o CNAS para a cerimônia de Lançamento do Documento Orientador para  
580 Criação, Funcionamento e Reestruturação de Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal

581 de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, a realizar-se no dia 21 de agosto, às 16h00min.  
582 Encaminhamento: Verificar se a Vice-Presidente poderá participar representando o CNAS. G)  
583 Reunião Descentralizado do Conselho Estadual de Assistência Social a ser realizada no dia 05 de  
584 setembro de 2018 no município de Nossa Senhora do Socorro/SE. O CNAS foi convidado para  
585 palestrar no Painel II “Acórdão TCU e suas reflexões no controle social do SUAS”.  
586 Encaminhamento: A Presidente do CNAS irá participar da Reunião Descentralizada. Item VIII)  
587 Indicação do CNAS para compor GTs: A) Ofício nº 77/2018/OPN. Encaminhamento: Em  
588 observância ao Regimento Interno do CNAS, a Presidência Ampliada sugere consultar a Vice-  
589 Presidente sobre a disponibilidade de compor o GT, e se caso não puder, indica a Conselheira a  
590 Sandra Regina Ferreira Barbosa para participar do GT. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva  
591 também tem interesse em compor o grupo. B) Memorando nº 651/2018/SNAS/GAB/CAAD.  
592 Encaminhamento: As indicações feitas anteriormente pela Plenária são: Conselheira Margareth  
593 Alves Dallaruvera, como titular e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, como suplente.  
594 Item IX) Informes: A) Resposta da SENARC e SNAS sobre o Ofício nº 128 do Conselho Municipal  
595 de Assistência Social de São Paulo/SP – COMAS/SP referente ao repasse do IGD/PBF do exercício  
596 de novembro de 2017. B) Carta enviada pelo Superintendente da ONG Parceiros Voluntários, José  
597 Alfredo Nahas encaminhando o Relatório Anual para compartilhar conhecimentos e experiências  
598 durante o ano de 2017, quando a ONG comemora 20 anos de existência. C) E-mail da Secretária  
599 Executiva do CMAS de Goiânia, Rosi Ximenes informando os Centros de Apoio Operacionais da  
600 Educação e dos Direitos Humanos, sob a coordenação da Escola Superior do Ministério Público,  
601 realizarão, no dia 17 de agosto de 2018, de 08h00 às 17h30min, em Goiânia/GO, o Seminário “A  
602 Tutela do Direito à Educação Inclusiva”. Item X) Pauta da Reunião Trimestral do CNAS com os  
603 CEAS e CAS/DF e da 268ª Reunião Ordinária do CNAS em setembro: Dia 10/09/2018: Reunião  
604 Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF – das 09h00 às 09h30min – Abertura; das 09h30min  
605 às 12h30min – Informes do CNAS e da SNAS; das 14h00min às 15h30min – Informe CEAS e  
606 CAS/DF; das 15h30min às 17h00min – Elaboração de proposta de pauta para as Reuniões  
607 Regionais do CNAS com os CEAS e CAS/DF e Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS.  
608 Dia 10/09/2018: das 14h00min às 18h00min – Reunião da Comissão de Acompanhamento de  
609 Benefícios e Transferência de Renda. Dia 11/09/2018: das 09h00 às 13h00min – Reunião da  
610 Comissão de Normas da Assistência Social e Reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
611 Conselhos da Assistência Social; das 14h00min às 16h0min – Reunião Conjunta da Comissão de

612 Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
613 Social: Discutir os desdobramentos do Plano de Ação referente ao Acórdão TCU 2404/2017; das  
614 09h00min às 16h00min – Reunião da Comissão de Política da Assistência Social e Reunião da  
615 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 16h00 às 18h00 – Reunião da  
616 Presidência Ampliada. Dia 12/09/2018: 268ª Reunião Ordinária do CNAS: das 09h00min às  
617 09h30min – Aprovação das Atas da 267ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 268ª Reunião  
618 Ordinária do CNAS; das 09h30min às 10h30min – Informes da Presidência Ampliada/Secretaria  
619 Executiva; CONGEMAS, FONSEAS, MDS, CIT e Conselheiros; das 10h30min às 11h30min –  
620 Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 11h30min  
621 às 12h00min – Apresentação da Consultora Eliana Santos sobre “Diagnósticos do processo de  
622 inscrição de entidades pelos CMAS e CAS/DF e subsídios para melhoria desse processo”; das  
623 13h00min às 15h00min – Apresentação do Balanço das Ações de Proteção Social Básica e Especial  
624 à luz dos Pactos de Aprimoramento de Gestão do SUAS de âmbito municipal e estadual e do II  
625 Plano Decenal; das 15h00min às 16h30min – Apresentação do Relatório Trimestral do Programa  
626 Primeira Infância no SUAS no que tange aos aspectos técnicos, administrativos e financeiros; das  
627 16h30min às 18h00min – Apresentação das Plataformas Políticas dos candidatos à Presidência da  
628 República sobre a Assistência Social. Dia 13/09/2018: Continuação da 267ª Reunião Ordinária do  
629 CNAS: das 09h00min às 10h00min – Relato da Presidência Ampliada; das 11h00min às 12h00min  
630 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; das 14h00min às  
631 16h00min – Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e Relato  
632 da Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Comissão de Normas; das  
633 16h00min às 17h00min – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 17h00min às  
634 18h00min – Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. Dia 14/09/2018: das 09h00min  
635 às 17h00min – Reunião da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências  
636 Nacionais de Assistência Social; das 09h00min às 12h00min – Reunião Conjunta da Comissão de  
637 Normas e Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e Grupo de Trabalho sobre Projeto de  
638 Integração de Sistemas de Registro de Informações das OSCs no SUAS para cumprimento do  
639 cronograma de atividades elaborado pelo DRSP/SNAS do Projeto Piloto do Cadastro Nacional de  
640 Entidades – CNEAS; das 13h00min às 17h00min – Grupo de Trabalho sobre Projeto de Integração  
641 de Sistemas de Registro de Informações das OSCs no SUAS. A Conselheira Raquel de Fátima  
642 Antunes Martins sugeriu que pudessem realizar a reunião extraordinária da Comissão de

643 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda para discussão do decreto do BPC e suas  
644 principais alterações para o dia 23 ou 24 ou 27 ou 28 de agosto, para que pudessem trazer  
645 informações concretas na 268ª Reunião Ordinária do CNAS. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore  
646 propôs que a reunião do Grupo de Trabalho sobre Projeto de Integração de Sistemas de Registro de  
647 Informações das OSCs no SUAS seja realizada no dia 10/09/2018, das 13h00min às 18h00min.  
648 Após várias manifestações, foi consensuado a realização da Reunião da Comissão de  
649 Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social apenas no  
650 período de 09h00min às 12h00min, ficando a reunião do Grupo de Trabalho sobre Projeto de  
651 Integração de Sistemas de Registro de Informações das OSCs no SUAS para o período da tarde do  
652 dia 11/09/2018 e a realização da Reunião Extraordinária Comissão de Acompanhamento de  
653 Benefícios e Transferência de Renda para discussão do decreto do BPC no dia 28 de agosto, caso  
654 haja disponibilidade de orçamento e não havendo, a reunião será mantida no dia 10 de setembro. A  
655 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho ponderou que precisam da indicação dos Conselheiros  
656 da Comissão de Financiamento para participar dos Encontros de Apoio Técnico do Fundo Nacional  
657 de Assistência – FNAS dos dias 19 e 20 de setembro, 03 e 04 de outubro, 24 e 25 de outubro, 07 e  
658 08 de novembro, 28 e 29 de novembro, 12 e 13 de dezembro e 19 e 20 de dezembro. A Conselheira  
659 Aldenora Gomes González observou que todos os Conselheiros deveriam participar desse encontro  
660 e havendo consenso em abrir a participação dos demais Conselheiros, foram indicados: o  
661 Conselheiro Maurício José Silva Cunha para os dias 19 e 20 de setembro, o Conselheira Irene  
662 Rodrigues da Silva para os dias 03 e 04 de outubro, a Conselheira Solange Bueno para os dias 24 e  
663 25 de outubro, a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida para os dias 07 e 08 de novembro, o  
664 Conselheiro Clóvis Alberto para os dias 28 e 29 de novembro, o Conselheiro Benedito Augusto de  
665 Oliveira para os dias 19 e 20 de dezembro. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho ponderou  
666 que será solicitado ao FNAS o agendamento de uma data, para que seja realizada essa formação  
667 com todos os Conselheiros do CNAS e a Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida propôs que  
668 seja realizado um encontro mais enxuto aos Conselheiros de apenas um dia, programando um dia  
669 antes ou após a plenária. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho sugeriu propor ao FNAS  
670 que essa capacitação seja realizada no dia 14 de dezembro e que as participações nos encontros  
671 específicos do FNAS apenas serão confirmadas a partir da existência de disponibilidade  
672 orçamentária. O Conselheiro Vandré Luiz Meneses Brilhante justificou que não poderá participar  
673 do II Fórum Nacional de Autodefensores do Movimento Pestalozziano e do VI Encontro Nacional

674 de Dirigentes devido uma agenda institucional em Fortaleza/CE e a Presidente Norma Suely de  
675 Souza Carvalho recomendou o encaminhamento de agradecimentos, esclarecendo que não possuem  
676 condições de encaminhar representação nesse momento. A Conselheira Jani Betânia Souza  
677 Capibaribe disponibilizou a participar do Curso “Serviço de Acolhimento para crianças e  
678 adolescentes: Proteção Integral e Garantia de Direitos”, tendo em vista a falta de disponibilidade de  
679 um representante do segmento de entidade. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins  
680 relatou que conversou com a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera e consensuaram que seria a  
681 titular e a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera seria a suplente em relação ao Grupo de  
682 Trabalho com o objetivo de apreciar e aprimorar as diretrizes e proposições de integração entre o  
683 SUAS e o SISAN. Com relação a pauta, o Conselheiro Allan Camello Silva observou que existe a  
684 necessidade de consultar a CONJUR/MDS quais são os limites para a apresentação das Plataformas  
685 Políticas dos candidatos à Presidência da República sobre a Assistência Social, devido a questão do  
686 período eleitoral. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva discorreu que entrou em entendimento  
687 com a Conselheira Solange Bueno e consensuaram a não realização da Reunião Conjunta da  
688 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos com a Comissão de Normas, tendo em vista a  
689 necessidade de concluir o Plano de Ação da CAC. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha,  
690 Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI, propôs que, caso não  
691 haja possibilidade dos candidatos a Presidência da República realizar a apresentação, seja solicitada  
692 a proposta formal por escrito para a Assistência Social. Não havendo mais nenhuma manifestação, o  
693 relato da Reunião da Presidência Ampliada foi aprovado. Seguindo para o relato da V Reunião  
694 Ordinária da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social, realizada no dia  
695 07 de agosto de 2018, a Conselheira Marisa Rodrigues da Silva elencou os Conselheiros e membros  
696 da Secretaria Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I)  
697 Informes. Item II) Atualização e revisão do Plano de Ação da Comissão. Encaminhamentos: 01)  
698 Continuar a construção coletiva para finalização da fase de planejamento tático (definição das  
699 metas) na próxima reunião, podendo haver contribuições dos Conselheiros nesse meio tempo,  
700 enviadas por *e-mail*; 02) Convidar a SNAS para que apresente o detalhamento do Plano de Ação  
701 apresentado ao TCU (em resposta ao Acórdão TCU nº 2404/2017. Item III) Apresentação dos dados  
702 do GT Indígena constituído no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS. Não  
703 foi possível realizar apresentação dos dados do GT Indígena constituído no âmbito da Secretaria  
704 Nacional de Assistência Social – SNAS e será postergada para a reunião de setembro, por motivo



705 de estarem discutindo o Plano do GT Indígena nesse mês de agosto. Encaminhamentos: 01) Envio  
706 dos materiais referentes a esse assunto a todos os Conselheiros da Comissão para leitura prévia  
707 (Ofício FUNAI, Relatório de Dourados/MS, Relatório do GT CNAS Indígena); 02) Convidar ao  
708 Grupo de Trabalho Indígena da SNAS para apresentar os avanços do MDS nesse tema,  
709 encaminhando previamente os mesmos materiais, e solicitando a presença do Departamento de  
710 Proteção Social Especial – DPSE. Item IV) Definição da pauta setembro/2018: Apresentação dos  
711 dados do GT Indígena constituído no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social,  
712 Discussão do Relatório da Coordenação Geral da FUNAI de Dourados; Continuação da construção  
713 do Plano de Ação da CAC; Apresentação do detalhamento sobre o Plano de Ação do MDS referente  
714 ao Acórdão TCU nº 2404/2017. Não havendo manifestações, o relato da V Reunião Ordinária da  
715 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social foi aprovado. Iniciando o  
716 relato da IV Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, realizada  
717 no dia 07 de agosto de 2018, a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins expôs os  
718 Conselheiros, participantes e membros da Secretaria Executiva presentes e arrazoou que foram  
719 debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Continuação da revisão do Plano de Ação da  
720 Comissão. Encaminhamentos: 01) Levar para a Presidência Ampliada à possibilidade da criação de  
721 um grupo de Conselheiros para incidência política junto aos órgãos de governo e ao Congresso  
722 Nacional referente ao orçamento e ao recurso financeiro; 02) Solicitar à SNAS e a SENARC  
723 levantamentos dos gastos do IGD/SUAS e IGD/PBF com os Conselhos de Assistência Social; 03)  
724 Levar o assunto “Criação de estratégias para fortalecer a Secretaria Executiva dos Conselhos como  
725 unidade de apoio técnico e assessoria, conforme preceitua a NOBSUAS/RH nos CEAS, CAS/DF e  
726 nos CMAS” para a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Item II) Monitoramento de  
727 execução das metas semestrais do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do  
728 Trabalho – ACESSUAS Trabalho, conforme Resolução CNAS nº 19/2017. Item III) Relatório do 2º  
729 Semestre de Execução Orçamentária e Financeira da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de  
730 Assistência Social. A Comissão optou em pautar esse item na reunião de setembro. Item IV)  
731 Definição da Pauta de Setembro/2018: Relatório do 2º Semestre de Execução Orçamentária e  
732 Financeira da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social; Apresentar o  
733 levantamento dos gastos dos 3% do valor do IGD/SUAS e IGD/PBF para o funcionamento dos  
734 Conselhos de Assistência Social; Reunião Conjunta da Comissão de Financiamento e Orçamento e  
735 da Comissão de Normas da Assistência Social sobre a discussão e proposição de cofinanciamento

736 para a gestão dos municípios, estados e DF, para a estruturação da Vigilância Socioassistencial. Não  
737 havendo nenhuma manifestação, o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Financiamento e  
738 Orçamento da Assistência Social foi aprovado. A Presidente Norma Suely de Souza Carvalho  
739 observou que não indicaram os membros para compor o grupo de incidência política no relato da  
740 Presidência Ampliada, esclarecendo que estão sugerindo que o mesmo seja composto por três  
741 membros da Sociedade Civil e três membros do Governo. Havendo a disponibilização dos  
742 Conselheiros Josenildo André Barboza e Raquel de Fátima Antunes Martins pelo governo e do  
743 Conselheiro Vandré Luiz Menezes Brilhante pela Sociedade, os demais membros serão indicados  
744 posteriormente. Seguindo para o relato da V Reunião Ordinária de Normas da Assistência Social,  
745 realizada no dia 07 de agosto de 2018, a Conselheira Vânia Maria Machado elencou os  
746 Conselheiros, convidados e membros da Secretaria Executiva presentes e postulou que foram  
747 debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Apresentação pela SNAS do Plano de Ação acerca do  
748 Acórdão TCU nº 2404/2017. Encaminhamentos: 01) Encaminhar para os Conselheiros da Comissão  
749 de Normas a apresentação feita pela SNAS do Plano de Ação acerca do Acórdão TCU nº  
750 2404/2017; 02) Levar a conhecimento da Presidência Ampliada o convite feito pela SNAS para  
751 participação dos Conselheiros da Comissão de Normas e da Comissão de Acompanhamento aos  
752 Conselhos, na construção coletiva da Oficina de Apoio Técnico da SNAS, a ser realizada em  
753 setembro de 2018; 03) A Comissão de Normas solicita a SNAS o encaminhamento das providências  
754 referentes ao cumprimento do Acórdão TCU nº 2404/2017. Item II) Apresentação pelo DRSP/MDS  
755 e DGSUAS/MDS do Projeto Piloto do Cadastro Nacional de Entidades – CNEAS.  
756 Encaminhamentos: 01) Encaminhar para os Conselheiros da Comissão de Normas a apresentação  
757 feita pelo DRSP/MDS e DGSUAS/MDS do Projeto Piloto do Cadastro Nacional de Entidades –  
758 CNEAS; 02) Submeter à Presidência Ampliada à necessidade de organizar nova data para  
759 convocação do Grupo de Trabalho sobre Projeto de Integração de Sistemas de Registro de  
760 Informações das OSCs no SUAS, em setembro. Item III) Informe: A Secretaria Executiva recebeu  
761 ofício nº 189/2018 do CMAS/Juiz de Fora que encaminha para o conhecimento do CNAS uma nota  
762 de esclarecimento acerca do chamamento público. Item IV) Apresentação e revisão do Plano de  
763 Ação da Comissão. Devida a extensa pauta, esse item não pode ser apreciado e será inserido como  
764 ponto de pauta da próxima reunião. Item V) Definição da pauta de setembro/2018: Apresentação e  
765 Revisão do Plano de Ação da Comissão. Com a chegada do Ministro Alberto Beltrame, o relato da  
766 Comissão de Normas da Assistência Social foi interrompido, passando a palavra a Secretária

767 Nacional de Assistência Social. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho recepcionou o Ministro  
768 Alberto Beltrame e passou a palavra ao mesmo, que cumprimentou a todos e agradeceu pela  
769 disposição de recebê-lo. Ponderou que existem divergências sobre o local do Programa Primeira  
770 Infância no SUAS e solicitou que esse Conselho tivesse uma transcendência ao se posicionar e  
771 deliberar sobre o futuro da primeira infância no SUAS, uma vez que possui a compreensão de que o  
772 programa mudou o entendimento da Assistência Social. Apresentou um relato de uma mãe de uma  
773 criança com microcefalia da Paraíba, que alegou que o programa seria um presente dado por Deus.  
774 Afirmou que conhece as posições existentes, explanando que é falsa a premissa que o Programa  
775 Criança Feliz retira recurso da Assistência Social e que, a proposição de levar esse programa para  
776 todas as crianças elegíveis do Cadastro Único é forma encontrada de compatibilizá-lo com a  
777 Assistência Social. Articulou que muitos membros da Sociedade Civil se sentem constrangidos pelo  
778 voto favorável ao fim do programa dentro da Assistência Social e apelou que seja deixado o  
779 compromisso ideológico de lado e votem a favor das pessoas que dependem dessa ação. Retomou  
780 que estão propondo que o público do Programa Primeira Infância no SUAS deixe de ser restrito ao  
781 Programa Bolsa Família e passe a contemplar o público do Cadastro Único e solicitou que o CNAS  
782 tenha uma sólida defesa da infância, ponderando que caso a Sociedade Civil não se sinta  
783 confortável em votar favorável dessa proposição, que manifeste a sua posição e se abstenha de  
784 votar. Realizada a leitura da minuta de resolução, que altera as Resoluções CNAS nº 19/2016, nº  
785 20/2016 e 07/2017 e abrindo para manifestações, a Conselheira Margareth Alves Dallaruvera  
786 questionou sobre quem são os visitantes e se os mesmos estão de acordo com o NOB/RH/SUAS e  
787 arrazou que não existe posição partidária. Explanou que lhe chama a atenção a solicitação da  
788 responsabilização em relação a primeira infância, visto que houve uma reforma trabalhista que  
789 trouxe várias consequências as crianças. Realizou a leitura da posição da Frente Nacional em  
790 Defesa do SUAS, finalizando a sua explanação. O Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal  
791 compreendeu que pode haver uma boa intenção na proposta apresentada, entretanto, a mesma está  
792 cheio de problemas de entendimento político. Relatou que o diálogo deveria ter sido implementando  
793 no início da construção do programa. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva afirmou que cada  
794 Conselheiro possui o compromisso de estar representando a sua base e comentou sobre o  
795 compromisso que o programa deveria ter com os trabalhadores. O Conselheiro Benedito Augusto de  
796 Oliveira ilustrou que a Sociedade Civil é favorável a elaboração de um programa de primeira  
797 infância no país, porém, observou que esse programa possui problemas de origem e falta de debate.

798 A Conselheira Sandra Regina Ferreira Barbosa afirmou que possuem o entendimento claro que o  
799 programa está fora do SUAS e a Conselheira Maíra Leilane Oliveira Almeida relatou sobre o  
800 posicionamento do FONSEAS, uma vez que a resolução não trata de uma expansão de recursos  
801 orçamentário em 2018 e a pactuação se daria para contemplar demandas dos municípios de pequeno  
802 porte I e II. A Conselheira Ana Heloísa Viana Silva Moreno, Representante do Ministério do  
803 Desenvolvimento Social – MDS alegou que se sentiu desconfortável quando é alegado que o  
804 Programa Criança Feliz não está dentro do SUAS, tendo em vista que o mesmo visa o  
805 fortalecimento das famílias e a promoção do desenvolvimento infantil. A Conselheira Solange  
806 Bueno discorreu que se sente constrangida, como Conselheira, uma vez que toda a sua trajetória  
807 está dentro da Política de Assistência Social e registrou a publicação do novo decreto, que atingirá  
808 diretamente os beneficiários do BPC. A Conselheira Vânia Maria Machado arrazoou que é muito  
809 triste ouvir do Ministro esse clamor, colocando a Sociedade Civil em uma posição constrangedora e  
810 o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira afirmou que a Sociedade Civil não pode abster-se, posto que  
811 possui a convicção na sua defesa da Política de Assistência Social. A Conselheira Marisa Rodrigues  
812 da Silva explicou que, mesmo que o CONGEMAS seja favorável a expansão do programa para o  
813 público do Cadastro Único, é necessário realizar algumas ponderações, como: levar o programa  
814 para a SNAS na Proteção Social Básica; manter a execução financeira no FNAS; rever a  
815 metodologia; reconhecer que fazer estimulação e monitoramento no crescimento e no  
816 desenvolvimento da criança não é papel da Assistência Social; ampliação do cofinanciamento do  
817 PAIF; ocupação de agente social e dentre as suas atribuições, incorporar as previstas para o  
818 visitador; razoabilidade do diálogo. A Conselheira Ivone Maggioni Fiore salientou que reconhecem  
819 o esforço do Governo para adequação do Programa Criança Feliz, porém, reconhecem o caráter  
820 deliberativo das Conferências Nacionais de Assistência Social e estariam indo contrários a  
821 deliberação dos atores política aprovando essas alterações. A Conselheira Maria Yvelonia dos  
822 Santos Araújo Barbosa salientou que estão tratando de uma resolução que apenas propõe a  
823 ampliação do número de demandantes e a Sra. Ely Harasawa, Secretária Nacional de Promoção ao  
824 Desenvolvimento Humano – SNPDPH, comentou que todos os profissionais do programa estão de  
825 acordo com as resoluções do CNAS e afirmou que estão realizando um grande esforço para  
826 execução da intersectorialidade. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira informou que a Câmara  
827 Técnica da CIT, que trata sobre a primeira infância, compreendeu que o foco do SUAS, nessa  
828 proposta, era garantir e assegurar a atenção integral as famílias e afirmou que aprovar a resolução

829 trará a possibilidade de garantir essa atenção integral na ponta. A Sra. Denise Barra, Conselheira  
830 Estadual de Assistência Social de Goiás, postulou que, talvez, seja necessário pensar um redesenho  
831 do programa adequando as normativas e a tipificação dos serviços. Finalizadas as manifestações, o  
832 Ministro Alberto Beltrame confessou que ficou frustrado em observar que existe um caminho sem  
833 volta diante as explanações e solicitou que o diálogo continue, mesmo com o reconhecimento da  
834 existência de eventuais problemas de concepção, para buscar a construção de caminhos. A  
835 Conselheira Renata Aparecida Ferreira sugeriu que o pleno análise a possibilidade de atuar em uma  
836 possível aprovação com uma recomendação de abertura imediata da Câmara Técnica da Primeira  
837 Infância, para integração do programa aos serviços do SUAS, estabelecendo um prazo. A  
838 Conselheira Aldenora Gomes González salientou que não lembra que qualquer secretaria do MDS  
839 tenha dialogado com os usuários e o Ministro Alberto Beltrame se comprometeu em melhorar esse  
840 diálogo com todos os segmentos. Realizadas manifestações contrárias pela Conselheira Margareth  
841 Alves Dallaruvera e pelo Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira sobre a proposta da  
842 Conselheira Renata Aparecida Ferreira, o Conselheiro Allan Camello Silva explanou que a proposta  
843 é uma oportunidade de vincular um prazo para colocar o programa nos moldes que está sendo  
844 discutido nesse Conselho. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha propôs reverter a proposta da  
845 Conselheira Renata Aparecida Ferreira, reativando primeiramente a Câmara Técnica e  
846 posteriormente deliberar sobre a expansão do programa após as adequações necessárias. Diante as  
847 manifestações, a Conselheira Renata Aparecida Ferreira retirou a sua proposta e a Presidente Norma  
848 Suely de Souza Carvalho colocou a minuta de resolução em regime de votação, que não foi  
849 aprovada pelo voto de qualidade da Presidente, uma vez que houve nove votos favoráveis e nove  
850 votos contrários. Prosseguindo para o relato da IV Reunião Ordinária Comissão de Política da  
851 Assistência Social realizada no dia 07 de agosto de 2018, a Conselheira Margareth Alves  
852 Dallaruvera elencou os Conselheiros, participantes/convidados e membros da Secretaria Executiva  
853 presentes e articulou que foram debatidos itens de pauta: Item I) Apresentação e Discussão da  
854 Proposta de Resolução Conjunta CNCD/LGBT e CNAS, que estabelece parâmetros para a  
855 qualificação do Atendimento Socioassistencial da População LGBT no SUAS. Encaminhamentos:  
856 01) A Comissão sugere inserir um considerando sobre a Resolução Conjunta CONANDA e  
857 CNCD/LGBT sobre a violação de direitos de criança e adolescente; 02) A Comissão encaminhará a  
858 minuta de Resolução Conjunta para a Coordenação de Regulação do DGSUAS; 03) A Comissão  
859 recomenda que a SNAS faça consulta ao CONANDA sobre os artigos que tratam de crianças e

860 adolescentes; 04) A Comissão sugere a retomada a discussão na Comissão em Setembro/2018. Item  
861 II) Apresentação e Discussão da Proposta de Resolução que altera o critério de elegibilidade do  
862 Programa Primeira Infância no SUAS – Ampliação do Público para as famílias do Cadastro Único  
863 que não são beneficiárias do Programa Bolsa Família e flexibilização do número de visitas para o  
864 repasse dos recursos. Encaminhamento: A Comissão sugere levar a consideração da Presidência  
865 Amplia a discussão de proposta de ampliação do público do Cadastro Único no Programa Primeira  
866 Infância, para posterior apresentação e discussão no Pleno do CNAS em agosto. Item III)  
867 Apresentação e Revisão do Plano de Ação da Comissão e Definição do Cronograma de atividades  
868 da Comissão até dezembro de 2018. Item IV) Outros Assuntos: Nota de reconhecimento aos 12  
869 anos da Lei Maria da Penha. Item V) Definição da pauta setembro/2018: Revisitar a Resolução nº  
870 33/2011 – ACESSUAS Trabalho – Convidado: SNAS; Histórico da Construção da Mesa Nacional  
871 de Gestão do Trabalho (Relatos dos resultados da Oficina e dos trabalhos anteriores, avaliar a  
872 importância da participação do DIEESE nesse debate) Convidado: SNAS; Desafios da  
873 aplicabilidade das resoluções sobre trabalhadores na implementação do SUAS. Convidado: SNAS.  
874 A Conselheira Maria Yvelonia dos Santos Araújo Barbosa solicitou a alteração do termo “menor  
875 Trans” para “adolescente Trans” e não havendo mais nenhuma manifestação, o relato da IV  
876 Reunião Ordinária da Comissão de Políticas da Assistência Social foi aprovada. A Presidente  
877 Norma Suely de Souza Carvalho esclareceu que, no relato da Reunião da Presidência Ampliada,  
878 ficaram alguns itens pendentes, sendo que a Conselheira Jani Betânia Souza Capibaribe e o  
879 Conselheiro Clóvis Alberto Pereira realizaram a troca de datas para participação no Encontro de  
880 Apoio Técnico do FNAS e o Conselheiro Clóvis Alberto Pereira participará do Curso de Serviços  
881 de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no lugar da Conselheira Jani Betânia Souza  
882 Capibaribe. Informou que a reunião extraordinária da Comissão de Acompanhamento de Benefícios  
883 e Transferência de Renda não será possível realizar no dia 28 de agosto e permanecerá no dia 10 de  
884 setembro e que, a Vice-Presidente Karoline Aires Ferreira comporá o GT que produzirá um manual  
885 de metodologias para o acolhimento de crianças e adolescentes. Seguindo para aprovação do relato  
886 da IV Reunião Ordinária da Comissão de Normas realizada no dia 10 de julho de 2018 e não  
887 havendo nenhuma manifestação, o relato foi aprovado. Prosseguindo para a aprovação do relato da  
888 V Reunião Ordinária da Comissão de Normas realizada no dia 07 de agosto de 2018, a Conselheira  
889 Marisa Rodrigues da Silva observou que o acompanhamento contínuo em relação a normatização é  
890 uma competência da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Não havendo mais nenhuma

891 manifestação, o relato da IV Reunião Ordinária da Comissão de Normas realizada foi aprovado. A  
892 Presidente Norma Suely de Souza Carvalho informou que foi definida a seguinte composição do  
893 Grupo de Incidência Política: Raquel de Fátima Antunes Martins, Josenildo André Barboza,  
894 indicação do FONSEAS – a definir, Vandré Luiz Meneses Brilhante, Aldenora Gomes González e  
895 Irene Rodrigues da Silva. **ENCERRAMENTO 09/08/2018:** A Presidente Norma Suely de Souza  
896 Carvalho agradeceu a presença de todos e encerrou a 267ª Reunião Ordinária do CNAS.  
897